

do Socorro Araújo Câmara (Suplente). **SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE URBANO - SEMAM - Paulo César de Souza Moraes, Maria do Socorro Lima (Suplente).**

*** **

ATA DA 31ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL (COMPHC).

Às nove horas do dia quatro de outubro de dois mil e onze, na sede da SECULTFOR, Rua Pereira Filgueiras, nº. 04, Centro, em Fortaleza/Ceará, foi realizada a 31ª reunião do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural – COMPHIC - da cidade de Fortaleza com a presença das senhoras e dos senhores: Maria de Fátima Mesquita da Silva, representante da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), e Clélia Maria Coutinho Teixeira Monasterio, representante da Coordenação de Patrimônio Histórico-cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), respectivamente Presidente e Secretária do COMPHIC, de acordo com a Lei nº 9.347/2008; e os conselheiros Augusto César Chagas Paiva, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); Helena da Cunha Lima, representante da Secretaria de Turismo de Fortaleza (SETFOR); Maria do Socorro Araújo Câmara, representante da Secretaria de Turismo do Estado (SETUR); Maria Clélia Lustosa Costa, representante do Instituto do Ceará (IC); Romeu Duarte Júnior, representante da Universidade Federal do Ceará (UFC); Juçara Peixoto da Silva e Francisco Veloso, representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Antonio Osmídio Alencar, representante da Procuradoria Geral do Município (PGM); Altemar da Costa Muniz, representante da Universidade Estadual do Ceará (UECE); Maria do Socorro Lima, representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMAM); Euler Sobreira Muniz, representante da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e o vereador Gerônimo Coelho, representante da Câmara Municipal de Fortaleza (CMF). Estiveram ausentes os Conselheiros: Francisco Otávio de Menezes, representante da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT); Alênio Carlos Noronha de Alencar, representante da Associação Nacional dos Profissionais Universitários de História (ANPUH); Alexandre Sabino do Nascimento, representante da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e Antônio Edmar Carvalho Leite, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Ceará (OAB-CE). Também se encontram presentes o historiador Raimundo Gomes Marques; a arquiteta Márcia Sampaio e o estagiário Felipe Barreira, todos da CPHC/SECULTFOR, e Síria Mapurunga, assessora de imprensa da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR). Além deles compareceram José Timm Figueiredo e Vinícius Carvalho Monteiro, investidores de um edifício que pretende ser construído no entorno da igreja de São Pedro dos Pescadores. A convite da CPHC, estiveram presentes na reunião a ex-conselheira do IPHAN, Olga Paiva e um dos coordenadores da IV Conferência Municipal de Cultura de Fortaleza, André Aguiar. A reunião se inicia com a secretária de cultura e presidente do COMPHIC Fátima Mesquita fazendo a leitura dos informes: A) Pedido de substituição dos conselheiros da OAB, SEMAM e a inserção da SERCEFOP no COMPHIC; B) Programa de Financiamento de Bens Privados; C) Pedido de Impugnação do tombamento da Farmácia Oswaldo Cruz. A secretária Fátima Mesquita comunica aos conselheiros que a cada reunião do COMPHIC se fará a leitura da ata da reunião anterior, antes da leitura dos informes, com o intuito de dirimir qualquer dúvida referente à fala e a transcrição desta na ata; apresenta também o relatório de frequências dos conselheiros nas reuniões desde janeiro de 2011. A Secretária Fátima Mesquita prossegue a reunião lendo a pauta a ser discutida: 1) Discussão sobre Tombamento/Registro: Apresentação do Caderno de Educação Patrimonial -Mucuripe- e Leitura das Atas da 1ª Reunião Extraordinária 19/12/2008 e da 20ª Reunião 05/05/2010; 2) IV Conferência Municipal de Cultura – Pré-Conferência de Patrimônio – Seminário Memória e Patrimônio com Flávio Carsalade e Romeu Duarte Júnior (13 de outubro); 3) Apresentação da entrevista com a secretária

Fátima Mesquita e o conselheiro Augusto Paiva (IAB) no programa Plenário da Cidade - TV Fortaleza; 4) Discussão sobre as pinturas feitas pelo projeto “Tudo de Cor para Fortaleza” na Praça dos Leões e em seu entorno. A coordenadora Clélia Monasterio aproveita a oportunidade para parabenizar os conselheiros Augusto Paiva (IAB) e Helena da Cunha (SETFOR) por estarem presentes em todas as reuniões do COMPHIC de 2011, porém lembra da total ausência dos conselheiros representantes da OAB-CE, o que faz com que a CPHC solicite ao COMPHIC a permissão para requerer a substituição dos conselheiros desta instituição e enviar ofício ao presidente da OAB-CE solicitando novos representantes, conforme o regimento interno do Conselho. Além da substituição dos conselheiros da OAB-CE, aprovada sem restrições pelos conselheiros, comunica ao COMPHIC o pedido de substituição dos representantes da Associação dos Geógrafos Brasileiros, substituição esta solicitada pelos próprios representantes da instituição, alegando a impossibilidade de comparecerem às reuniões em função de outros compromissos fixos; e a substituição dos conselheiros da SEMAM, tendo em vista que a conselheira suplente Maria do Socorro Lima está se ausentando da instituição que representa e o conselheiro titular Paulo César de Souza Moraes não tem condições de comparecer às reuniões mensais do COMPHIC. A Secretária Fátima Mesquita lembra ainda que na última reunião falou da importância da inclusão da SERCEFOP no COMPHIC e pergunta aos conselheiros se eles estão de acordo e, caso estejam, qual instituição civil indicariam para compor o COMPHIC, já que este deve ser paritário, tendo em vista que a inserção de uma entidade pública requer, paralelamente, uma instituição de representação da sociedade civil. O conselheiro Romeu Duarte (UFC) fala da necessidade de representação dos setores empresariais da construção civil ou dos proprietários de bens imóveis particulares. A conselheira Clélia Lustosa (IC) acredita que esse assunto deve ser pensado com calma, ficando a definição sobre qual instituição civil incluir no COMPHIC para a próxima reunião, não descartando a possibilidade de representantes das associações de moradores dos bairros e das favelas, por exemplo. A secretária Fátima Mesquita solicita aos conselheiros que tragam propostas já na próxima reunião; Em relação ao segundo informe, a coordenadora Clélia Monasterio diz que o programa de financiamento dos bens privados, que já fora apresentado ao COMPHIC, está em fase de andamento e lembra que a CPHC está trabalhando em conjunto com a SEPLA e o IPHAN para elaboração da lista de edificações privadas com relevante interesse de preservação, levantamento este que dialoga com o Cadastro de Edificações do Centro, elaborado 2002 pela SECULT em parceria com outras instituições. O conselheiro Romeu Duarte (UFC) relembra da necessidade urgente de regulamentar o Plano Diretor e a Transferência do Direito de Construir. O conselheiro Antonio Osmídio (PGM) diz que o momento de intervenção é este, tendo em vista que a Câmara Municipal de Fortaleza está realizando as audiências públicas para as alterações pontuais no Plano Diretor. O conselheiro Augusto Paiva (IAB) diz que há um interesse por parte da Câmara Municipal em não regulamentar leis como a do uso e ocupação do solo ou do meio ambiente. O conselheiro faz uma crítica à administração da prefeitura de Fortaleza em relação à falta de atenção com as leis complementares e a demora ou a falta de vontade em intervir, deixando tudo para a última hora, citando como exemplo claro o atual Plano Diretor. A secretária Fátima Mesquita solicita que seja marcada uma audiência entre o presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, Acrísio Sena, e alguns representantes do COMPHIC para discutir a questão do Plano Diretor, já que este assunto tem ligação direta com a preservação da cidade e de seu patrimônio. O conselheiro Romeu Duarte (UFC) fala da responsabilidade do COMPHIC em contribuir e se movimentar pela regulamentação do Plano Diretor, não sendo omissão, mas sim acompanhando todas essas mudanças. Diante do exposto, a secretária Fátima Mesquita solicitou ao COMPHIC que na próxima reunião esteja presente um representante da SEPLA para explicar o andamento do Plano Diretor e as questões relativas às

poligonais de entorno dos bens tombados. Findado o segundo informe, a coordenadora Clélia Monasterio informa aos conselheiros do pedido de impugnação do tombamento da Farmácia Oswaldo Cruz, feito por uma das proprietárias do imóvel. A coordenadora Clélia Monasterio completa dizendo que o pedido de impugnação já foi encaminhado à PGM que analisará com base na lei se o conteúdo do documento procede ou não. O conselheiro Altemar Muniz (UECE) questiona se o pedido de impugnação também será analisado pelo COMPHIC e se compete ao Conselho emitir uma resposta oficial. O conselheiro Osmídio (PGM) diz que sim, pois é responsabilidade do COMPHIC emitir o parecer definitivo sobre pedidos de impugnação de tombamento. Após o fim dos informes, a secretária Fátima Mesquita solicita ao COMPHIC que os pontos dois (IV Conferência Municipal de Cultura) e três (entrevista no programa Plenário da Cidade – TV Fortaleza) da pauta sejam apresentados antes do primeiro ponto, tendo em vista que não levará muito tempo. Diante disso passa a palavra a um dos coordenadores da IV Conferência Municipal de Cultura, André Aguiar, que explica aos conselheiros os detalhes desta IV Conferência Municipal de Cultura, que tem como objetivo principal elaborar diretrizes importantes para o Plano Municipal de Cultura de Fortaleza, incluindo, naturalmente, as políticas públicas voltadas ao patrimônio. Concluído este ponto, a secretária Fátima Mesquita comenta a impossibilidade de apresentar a entrevista concedida por ela e pelo conselheiro Augusto Paiva (IAB) ao programa Plenário da Cidade e solicita que seja enviada uma cópia da entrevista a cada conselheiro. A assessora de imprensa da SECULTFOR, Síria Mapurunga, diz que recebeu uma solicitação da TV Fortaleza para a elaboração de uma pauta fixa semanal sobre patrimônio cultural a ser apresentada na emissora. A secretária Fátima Mesquita, diante do pedido da TV Fortaleza e da oportunidade de divulgar as ações do COMPHIC, bem como a riqueza cultural de Fortaleza, solicitou aos conselheiros que pensassem sobre essa pauta e que enviassem suas sugestões para o setor de comunicação da SECULTFOR. Terminada essas questões, passou-se a análise do primeiro ponto da pauta: Discussão sobre Tombamento/Registro: Apresentação do Caderno de Educação Patrimonial -Mucuripe- e Leitura das Atas da 1ª Reunião Extraordinária 19/12/2008 e da 20ª Reunião 05/05/2010. A Secretária Fátima Mesquita explica aos presentes que tem havido certa incompreensão por parte de alguns conselheiros em relação ao tombamento e registro da Igreja de São Pedro dos Pescadores, bem como a sua poligonal de entorno, muito por conta da redação das Atas das reuniões que decidiram pelo seu tombamento (Ata da reunião extraordinária) e pela sua poligonal (Ata da 20ª reunião), bem como o parecer elaborado pela então conselheira Olga Paiva (IPHAN), Clélia Lustosa (IC) e Euler Muniz (UNIFOR) que poderia não estar em consonância com as Atas em questão, o que fez com que essas Atas e o parecer dos conselheiros fossem lidos a fim de dirimir possíveis dúvidas e equívocos, o que poderia acarretar problemas referentes à preservação da igreja. Aponta ainda a possível construção de um edifício no entorno da Igreja, o que ocasionaria mudanças importantes para a comunidade do entorno e para as pessoas diretamente ligadas à Igreja e tudo o que ela representa. Diante do exposto, a coordenadora Clélia Monasterio faz a apresentação do Caderno de Educação Patrimonial - Mucuripe-, que faz referência à igreja e aos festejos de São Pedro, e aproveita para fazer a leitura das referidas Atas e do parecer. Após a leitura e apresentação desses documentos, a secretária Fátima Mesquita diz aos conselheiros que existe um abaixo assinado da comunidade do Mucuripe, com cerca de mil assinaturas, contra a construção do edifício no entorno da igreja e solicitando medidas efetivas da CPHC, tendo em vista que existe uma área que preserva a igreja e toda e qualquer modificação nesta área deve passar pelo crivo da SECULTFOR. A ex conselheira Olga Paiva (IPHAN) diz que existem imprecisões na ata da reunião extraordinária, o que, contudo, não invalida a decisão do COMPHIC pelo tombamento da igreja e pelo registro da mesma no Livro de Lugares, assim como o registro dos festejos de São Pedro no

Livro de Celebrações. O conselheiro Romeu Duarte (UFC) diz que quem redigiu a ata confundiu, em diversos momentos do texto, tombamento com registro e registro com tombamento e que a ata em questão de nada vale, tendo em vista que esses erros comprometem o sentido das decisões do COMPHIC; ainda diz que existe um equívoco administrativo, pois a CPHC abriu um único processo para tombamento, registro de lugar e de celebrações, quando deveria existir um processo pra cada dimensão, ficando três processos abertos. A conselheira Clélia Lustosa (IC) discorda do conselheiro Romeu Duarte no que se refere à validade das atas, pois a ata foi assinada por todos os conselheiros presentes naquela reunião e as decisões tomadas pelos conselheiros não perdem seu sentido geral, ainda que existam erros de redação na ata, portanto se o COMPHIC decidiu pelo tombamento da igreja, assim como o registro da igreja no Livro de Lugares e o registro da festa de São Pedro no Livro de Celebrações, está decidido. A conselheira Juçara Peixoto (IPHAN) comenta sobre a experiência do IPHAN em relação à discussão sobre tombamento/registro citando o exemplo do pedido de tombamento da estátua do Padre Cícero, do túmulo onde ele se encontra e todas as imagens agregadas, que não devem ser dissociadas das peregrinações e da celebração religiosa, que se faz parte da dimensão imaterial. A ex-conselheira Olga Paiva (IPHAN) diz, conforme falou o conselheiro Romeu Duarte, que deveriam existir três processos, um para cada dimensão de preservação (tombamento, registro de lugar e registro de celebração); conclui sua fala dizendo que a Cartilha de Educação Patrimonial do Mucuripe não contém o apelo necessário, já que não aborda todos os elementos que envolvem a Igreja de São Pedro. O conselheiro Romeu Duarte (UFC) diz que a tramitação do processo interno foi equivocada e que o que deve ser preservado, além de seus aspectos imateriais, é a Igreja e o terreno da mesma, mas não o entorno do imóvel, tendo em vista que a área em questão é considerada uma das mais caras do norte-nordeste e que, inclusive, os proprietários que residem naquela região poderão entrar com processo na justiça contra a SECULTFOR, alegando prejuízo dos próprios proprietários; finaliza sua fala dizendo que o COMPHIC não tem instrumento oficial suficiente para preservar toda aquela área. O conselheiro Euler Muniz (UNIFOR) concorda com o conselheiro Romeu e diz que o mais importante é o reconhecimento dos aspectos imateriais, como a celebração da festa de São Pedro, mas a igreja em si não tem tanto valor, tendo em vista que já foi muito modificada e se encontra descaracterizada. A conselheira Clélia Lustosa (IC) cita o exemplo de algumas regiões da França que são valorizadas justamente por terem diversos monumentos preservados, e que o argumento de que um bem tombado atrai desvalorização é um pensamento muito equivocado, portanto diz acreditar que a igreja deve ser preservada, assim como o seu entorno, até porque existe um abaixo assinado da comunidade com mais de mil assinaturas que querem a preservação da igreja e o respeito à poligonal de entorno. O conselheiro Augusto Paiva (IAB) diz que a ata está clara quando se refere que a igreja foi tombada e registrada, assim como a festa de São Pedro e todos os bens associados à ela, além disso diz que a poligonal de entorno da igreja deve ser mantida tal qual foi decidida na 20ª reunião. A secretária Fátima Mesquita diz que em seu entendimento o amálgama dos processos em apenas um era necessário, além de dizer que a ata esta clara no que diz respeito às decisões e aos objetivos do COMPHIC quando do tombamento e do registro da igreja e da festa de São Pedro e, por fim, diz que o que pode ser rediscutido é só a poligonal de entorno da igreja. O conselheiro Osmídio (PGM) diz que o ponto principal foi levantado pelo conselheiro Romeu: a nulidade ou não do processo, já que deveriam haver três processos e não apenas um. A coordenadora Clélia Monasterio lembra que os ofícios para a SEMAM e para a Regional II, responsável pela área onde se encontra a igreja de São Pedro, sobre o tombamento da igreja e a sua poligonal de entorno foram devidamente enviados, logo depois da definição da mesma na reunião do COMPHIC e que, portanto, qualquer construção na área de preservação da igreja deveria e deve

ser comunicada à CPHC. A coordenadora Clélia Monasterio ressalta que foram enviados ofícios, com numerações distintas, da CPHC à prefeita de Fortaleza, requerendo sua assinatura para o tombamento definitivo da igreja de São Pedro e o registro da mesma no Livro de Lugares, assim como o registro dos Festejos de São Pedro no Livro de Celebrações, o que demonstra, oficialmente, que os processos de tombamento e registros são diferentes. O conselheiro Altemar Muniz (UECE) comunica aos conselheiros que tem que se ausentar da reunião em função de um outro compromisso, agradece a todos e se retira. A ex-conselheira Olga Paiva (IPHAN), dando continuidade à discussão, diz que o tombamento e sua poligonal é uma medida contra a especulação imobiliária, pois a igreja representa para a comunidade e a cidade um momento importante na sua história e tem espaço presente na memória dos moradores do bairro; completa dizendo que o COMPHIC tem força de lei e os conselheiros são formadores de opinião e portanto tem responsabilidades com a preservação dos espaços da cidade. A conselheira Juçara Peixoto (IPHAN) diz ficar triste com determinados argumentos, pois o que está sendo colocado em dúvida é o que é ou não é importante para a cidade; ressalta que o COMPHIC é um dos poucos instrumentos legais de preservação da memória e da cultura em Fortaleza, mas que o mesmo não deve ficar embargando todas as grandes obras da cidade, pois é um trabalho em vão, e o que deve ser feito é conscientizar a população da necessidade de manter um diálogo constante com os órgãos responsáveis pelo patrimônio. Diante do exposto, a secretária Fátima Mesquita pergunta aos conselheiros se eles querem rediscutir o processo de tombamento e registro da igreja de São Pedro, ainda que ela ache desnecessário. Os conselheiros Osmídio (PGM), Clélia Lustosa (IC) e Augusto Paiva (IAB) dizem não ser necessário, pois na ata está bem claro que o desejo do COMPHIC é preservar a igreja tombando-a, bem como registrá-la no Livro de Lugares e registrar a festa de São Pedro no Livro de Celebrações, desejo esse que permanece. Diante da solicitação do conselheiro Romeu Duarte (UFC) em redefinir a poligonal de entorno da Igreja de São Pedro, a secretária Fátima Mesquita abre votação para decidir se a poligonal de entorno será revista ou não. Os conselheiros Romeu Duarte (UFC) e Euler Muniz (UNIFOR) votaram pela revisão da poligonal; os conselheiros Osmídio (PGM) e Juçara Peixoto (IPHAN) se abstiveram; os conselheiros Augusto Paiva (IAB), Helena da Cunha Lima (SETFOR), Maria do Socorro Araújo Câmara (SETUR), Clélia Lustosa (IC), Maria do Socorro Lima (SEMAM) e Gerônimo Coelho (CMF) votaram contra a revisão da atual poligonal. Totalizando seis (6) votos contra a modificação da poligonal de entorno da igreja, dois (2) votos a favor da modificação e duas (2) abstenções, ficou decidido, por maioria simples, que a poligonal de entorno da Igreja de São Pedro dos Pescadores permanece a mesma que fora definida na 20ª reunião do COMPHIC. Após a votação, os representantes do empreendimento pediram a palavra à secretária Fátima Mesquita, esta atendeu ao pedido. Os senhores José Timm Figueiredo e Vinícius Carvalho Monteiro falaram que o empreendimento que pretendem construir em conjunto com outros investidores não afetaria a igreja, muito pelo contrário, pois o edifício que seria construído na área onde se encontra o posto de gasolina, próximo à igreja, traria um visual mais agradável para o bairro. A coordenadora Clélia Monasterio solicitou aos investidores que apresentassem o projeto de construção do edifício à CPHC para avaliação do corpo técnico capacitado para tal; a coordenadora ainda citou o exemplo do dono de um imóvel à rua Floriano Peixoto que apresentou o projeto de construção à CPHC e que após as alterações sugeridas pelas arquitetas da SECULTFOR, adequou o projeto no sentido de preservar as características históricas e arquitetônicas do imóvel em questão. Concluídos os trabalhos, a 31ª reunião do COMPHIC foi considerada encerrada com os devidos encaminhamentos e resoluções a baixo listadas.

- | |
|--|
| 1 - Pedido de substituição dos conselheiros da OAB-CE, SEMAM e AGB. |
| 2 - Confirmação do tombamento da Igreja de São Pedro dos Pescadores; confirmação da última poligonal de entorno da Igreja de São Pedro dos Pescadores; confirmação do registro da Igreja de São Pedro no Livro de Lugares e dos Festejos de São Pedro no Livro de Celebrações. |
| 3. Pedido de inclusão da SERCEFOP no COMPHIC. |

- | |
|---|
| ENCAMINHAMENTOS: |
| 1 - Na próxima reunião do Conselho debater e escolher sobre qual entidade representante da sociedade civil poderá integrar o COMPHIC. |
| 2 - Convidar para a próxima reunião do Conselho um representante da SEPLA para explicar o andamento do Plano Diretor e das Poligonais de Entorno, a pedido da secretária Fátima Mesquita. |
| 3 - Marcar uma audiência entre o presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, Acrísio Sena, e os Conselheiros sobre o Plano Diretor, a pedido da secretária Fátima Mesquita. |
| 4 - Enviar a entrevista concedida pela secretária Fátima Mesquita e o conselheiro Augusto Paiva (IAB) para os demais Conselheiros, a pedido da secretária Fátima Mesquita. |
| 6 - Mandar e-mail dos Conselheiros para a Imprensa da SECULTFOR (Síria Mapurunga). |

Eu, Clélia Maria Coutinho Teixeira Monasterio, Secretária do Conselho, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada foi por todos os presentes assinada. **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA (SECULTFOR) - Maria de Fátima Mesquita da Silva. COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA (CPHC-SECULTFOR) - Clélia Maria Coutinho Teixeira Monasterio. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) - Juçara Peixoto da Silva, Francisco Augusto Sales Veloso (Suplente). UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC) - Romeu Duarte Júnior (Suplente). UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE) - Altemar da Costa Muniz. UNIVERSIDADE DE FORTALEZA (UNIFOR) - Euler Sobreira Muniz. INSTITUTO DO CEARÁ (IC) - Maria Clélia Lustosa Costa (Suplente). INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL (IAB) - Augusto César Chagas Paiva. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (PGM) - Antonio Osmídio Alencar. SECRETARIA DE TURISMO DE FORTALEZA (SETFOR) - Helena da Cunha Correia Lima (Suplente). SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ (SETUR) - Maria do Socorro Araújo Câmara (Suplente). SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE URBANO - SEMAM - Maria do Socorro Lima (Suplente). CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CMF - Gerônimo Coelho.**

*** **

ATA DA 32ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL (COMPHIC). Às nove horas do dia oito de novembro de dois mil e onze, na sede da SECULTFOR, Rua Pereira Filgueiras, nº. 04, Centro, em Fortaleza/Ceará, foi realizada a 32ª reunião do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural – COMPHIC - da cidade de Fortaleza com a presença das senhoras e dos senhores: Maria de Fátima Mesquita da Silva, representante da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), e Clélia Maria Coutinho Teixeira Monasterio, representante da Coordenação de Patrimônio Histórico-cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), respectivamente Presidente e Secretária do COMPHIC, de acordo com a Lei nº

RESOLUÇÕES:
